

25/07/2019 17:43 - Dívida Pública Federal aproxima-se de R\$ 4 trilhões



Um dos indicadores que mede a solvência da economia brasileira, a Dívida Pública Federal (DPF) está prestes a romper a barreira de R\$ 4 trilhões. Segundo números divulgados hoje (25) pelo Tesouro Nacional, a DPF fechou o mês passado em R\$ 3,978 trilhões, com alta de 2,6% no primeiro semestre.

Apenas em junho, a Dívida Pública Federal subiu 2,24%, impulsionada pela forte emissão líquida. No mês passado, o Tesouro Nacional emitiu R\$ 67,482 bilhões a mais do que resgatou (tirou de circulação). A maior parte das emissões ocorreu em títulos prefixados e corrigidos pela taxa Selic. No primeiro semestre, no entanto, o Tesouro resgatou R\$ 60,223 bilhões a mais do que emitiu. No acumulado de 2019, a DPF cresceu impulsionada pelos juros de R\$ 161,953 bilhões que corrigem o endividamento do governo.

A apropriação de juros representa o reconhecimento gradual das taxas que corrigem os juros da dívida pública. As taxas são incorporadas mês a mês ao estoque da dívida, conforme o indexador de cada papel.

No mês passado, a Dívida Pública Mobiliária (em títulos) Interna, em circulação no mercado nacional, subiu 2,44%, passando de R\$ 3,735 trilhões para R\$ 3,826 trilhões. A queda de 2,75% do dólar no último mês fez a Dívida Pública Externa recuar 2,48% em junho. O estoque passou de R\$ 155,54 bilhões para R\$ 151,68 bilhões.

Apesar da alta em junho, a DPF ainda não alcançou o limite inferior das previsões do Tesouro. De acordo com o Plano Anual de Financiamento, divulgado no início do ano, a tendência é que o estoque da DPF encerre o ano entre R\$ 4,1 trilhões e R\$ 4,3 trilhões.

Por meio da dívida pública, o governo pega emprestado dos investidores recursos para honrar compromissos. Em troca, compromete-se a devolver o dinheiro com alguma correção, que pode ser definida com antecedência, no caso dos títulos prefixados, ou seguir a variação da taxa Selic, da inflação ou do câmbio.

Fonte: Agência Brasil